



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

03 de Julho 2014



## DIÁRIO CATARINENSE

# PÓS-GRADUAÇÃO Adesão ao Fies vai ter prazo aberto

Ministério da Educação autorizou inscrição de instituições privadas com mestrado e doutorado

Brasília

Hoje limitado à graduação, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) deu o primeiro passo para ser estendido a cursos de mestrado e doutorado. O ministro da Educação Henrique Paim autorizou a abertura de prazo para instituições privadas manifestarem interesse na nova modalidade. A portaria deve ser publicada nos próximos dias no *Diário Oficial da União*.

Esse era um pleito antigo das privadas, que também demandam o Fies para cursos de especialização e graduação à distância. Segundo dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

(Capes), do total de 203.717 matriculados em pós *strictu sensu* no ano de 2012, 31.691 (15,5%) eram em instituições privadas.

O ministro afirmou que o Fies vem se consolidando como política de acesso ao ensino superior, e destacou que atualmente 40% das matrículas nas privadas têm apoio do governo – seja por meio do financiamento, seja por bolsas do ProUni.

O Fies financia de 50% a 100% das despesas do curso. Podem requerer o financiamento os estudantes com renda familiar mensal bruta de até 20 salários mínimos. A partir de 2010, a taxa de juros do programa passou a ser de 3,4% ao ano e o prazo para quitação do financiamento foi definido em três vezes o período financiado, acrescido de um ano.



## DIÁRIO CATARINENSE

CATARINENSE, QUINTA-FEIRA, 3 DE JULHO DE 2014

# BOLSAS NO EXTERIOR Capes recorre para usar nota do Enem

Órgão do MEC defende exame como referência ao Ciência Sem Fronteiras

Brasília

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) anunciou ontem que vai recorrer da decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) de suspender a exigência da prova do Enem para a candidatura a bolsas no programa Ciência sem Fronteiras, do governo federal.

Em março, o TRF-1, em Brasília, atendeu ao pedido do estudante Frederico Meyer Prado e concedeu liminar para excluir a exigência de nota no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para que o universitário pudesse fazer a inscrição no programa Ciência sem Fronteiras (CsF).

Prado era aluno do curso de Engenharia Mecânica do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (Unileste) e pleiteava uma bolsa de

estudos nos Estados Unidos, mas teve sua inscrição recusada por não ter feito a prova do Enem. Ele alegou à Justiça que ingressou na faculdade antes da exigência do exame para a inscrição no programa.

No dia dois de junho, a 6ª turma do TRF-1 decidiu dar acórdão favorável ao estudante, que chegou a viajar aos Estados Unidos de posse da liminar. Além disso, a medida foi estendida a todos os alunos que desejassem concorrer a bolsas.

JIRAIR ARAM MEGUERIAN  
Desembargador federal

“

*A exigência do Enem não tem legitimidade porque o exame avalia conhecimentos dos alunos do ensino médio.*

O desembargador federal Jirair Aram Meguerian, relator do recurso na Sexta Turma da corte, avaliou que a exigência do Enem não é “razoável”, porque o edital-2013 do CsF foi publicado sem que houvesse “tempo hábil para que os candidatos pudessem se submeter ao Enem 2013” e que não poderia ser exigido dos candidatos que fizessem o exame em anos anteriores porque o requisito não constava das chamadas do programa. Meguerian salientou que a exigência de uma nota mínima no Enem para candidatos a bolsas do programa não tem “legitimidade” porque o exame avalia conhecimentos dos alunos do ensino médio, enquanto o CsF é voltado a estudantes do ensino superior.

Em nota, a Capes informou que “não existe hoje nenhum critério disponível, além do Enem, capaz de oferecer igualdade de oportunidades no programa”.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> A Notícia	<b>Editoria:</b> Cidade	<b>Data:</b> 03/06/2014
<b>Assunto:</b> Solução para escola		<b>Página:</b> 30

# A NOTÍCIA

**A Escola Municipal João de Oliveira**, no bairro Adhemar Garcia, se destaca pelo ensino de qualidade. As famílias da região disputam as vagas no ensino fundamental. Mas desde o dia 20 de maio, os alunos dos 8<sup>os</sup> e 9<sup>os</sup> anos estão sem professor de português. Nesta semana, alguns deles ligaram para a Redação do "AN" relatando a situação. Em quatro dias da semana, essas turmas têm aulas de português. Desde que o professor entrou em licença médica, a orientadora repassa textos e atividades de temas já estudados. Falta ainda terminar dois assuntos do primeiro trimestre, dizem os estudantes.

- Nós precisamos aprender

assuntos novos. Vamos ter uma olimpíada de português e temos de estar preparados - afirmam os alunos, que dizem não estar preocupados apenas com as notas, mas, principalmente, com o aprendizado.

**A Secretaria de Comunicação da Prefeitura de Jomville confirma que**, segundo informou a Secretaria de Educação, o professor de português da Escola João de Oliveira está de licença médica. Ontem, ele deveria passar por uma nova perícia e, conforme o resultado, poderá voltar a lecionar ainda nesta semana. Se isso não ocorrer, a Secretaria de Educação deve contratar um professor substituto.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Moacir Pereira	<b>Data:</b> 03/07/2014
<b>Assunto:</b> Fundo Estadual de Educação		<b>Página:</b> 08

# DIÁRIO CATARINENSE

### Educação

Intervenção ágil do deputado **Joarés Ponticelli** (PP), a pedido do secretário **Eduardo Deschamps**, permitiu a aprovação e sanção do projeto do Fundo Estadual de Educação, que garantirá milhões de recursos federais. O projeto estava parado. Ponticelli viabilizou a aprovação pelas comissões, depois em duas sessões pelo plenário, assinou os autógrafos e enviou ao Executivo. Tudo em menos de seis horas.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 03/07/2014
<b>Assunto:</b> PNE		<b>Página:</b> Online



### EDUCADOR PREPARADO PARA DERRUBAR BARREIRAS

**Vencer obstáculos como a distância entre a formação teórica e a prática da sala de aula exige atenção na formação inicial e continuada**

Fonte: Revista Gestão Educacional

Toca a campanha e a aula começa: na sala, os alunos, sentados em carteiras individuais, arrumadas em colunas, devem prestar atenção somente à voz do professor e ao conteúdo da disciplina, que ele organiza e esquematiza na lousa. Cada sala, aliás, agrupa geralmente alunos da mesma idade, que cursam o mesmo nível educacional, encerrada por quatro paredes; a porta de cada sala permanece a maior parte do tempo fechada, pois o assunto da aula é adequado apenas àquele grupo de alunos. Livros e cadernos de anotação não são compartilhados e as avaliações também são individuais. Os trabalhos, ainda que feitos em grupo, são entregues diretamente ao professor, que sozinho avalia o conteúdo e o esforço empreendido na pesquisa e na redação destes. Esse é o modelo de educação que os professores e todas as pessoas com 25 anos ou mais estão habituadas, pois foi nele que foram educados. Mas a escola do século XXI abre novos caminhos e propõe outros desafios.

A Gestão Educacional acompanhou o I Fórum de Qualificação Docente, ocorrido durante o GEduc 2014, no qual gestores e educadores se reuniram para debater a qualificação de professores e o preparo para a utilização das novas tecnologias em sala de aula. O desafio da qualificação docente é imenso, ao se levar em conta as dimensões territoriais do País. Com 5.564 municípios e dezenas de milhares de escolas, cada qual com desafios particulares e inseridas em um contexto único, a tarefa de formar educadores para um ensino de melhor qualidade, sem desprezar as particularidades de cada região, cidade e escola, apresenta-se como trabalho interminável. Vencer as barreiras impostas pela distância que se observa entre aluno e professor, bem como entre escola e comunidade onde ela está inserida, também é um enorme desafio, destacam os educadores ouvidos. Já o uso de novas tecnologias em sala de aula suscita diversos questionamentos: Como controlar o uso de tablets e iphones na escola, para que esses dispositivos sirvam como ferramenta didática, e não distração? E que lugar exerce a comunicação digital na alfabetização? Finalmente, qual o papel do professor diante da troca de informações no mundo digital: o de mediador ou o de censor? As respostas e as soluções para essas e outras questões não são óbvias ou definitivas, mas as perspectivas que se abrem nos debates apontam para



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

uma escola mais aberta, cujo conhecimento é compartilhado, seja no mundo virtual ou com a comunidade onde está inserida.

### Formação para a prática

Um dos maiores desafios que se impõe à qualificação docente ainda é a conciliação entre a didática aprendida na universidade e a aplicação prática desse conhecimento em sala de aula, o que exige habilidade de relacionamento e capacidade para compreender o ser humano que é o aluno. “As competências do educador têm uma dimensão técnica, pois ele precisa saber o que vai ensinar, além de uma dimensão pedagógica, pois é preciso saber o caminho que se vai percorrer. E o professor precisa conhecer seu aluno, saber que há uma relação entre pessoas, que esse sujeito é outro, o que constitui a dimensão estética do trabalho. A sensibilidade deve estar presente e ele tem que conhecer o contexto de seu trabalho, a comunidade, as políticas [públicas que afetam a comunidade]”, avalia Terezinha Rios, doutora em Educação e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Educadores (Gepefe) da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE/USP). Ela enfatiza que ainda há muita distância entre o aluno e o professor, bem como entre a escola e a comunidade onde está inserida.

Foi pensando em derrubar parte dessas barreiras que a Secretaria de Educação de Belo Horizonte (MG) elaborou um programa de qualificação docente que envolve toda a rede municipal paralelamente a uma política de ensino integral, em que no primeiro turno há as disciplinas do currículo regular, enquanto no segundo turno as escolas promovem o encontro entre os estudantes e a cidade. Sueli Maria Baliza Dias, secretária municipal de Educação de BH, conta como funciona o programa: “O aluno que fica dentro da escola tem a oportunidade de conviver com outras habilidades, e desenvolver competências o torna um sujeito mais completo. Em nosso programa, o aluno passa cerca de nove horas na escola, mas convive com toda a cidade, pois não fica confinado aos muros da instituição. Visita museus, parques, tem aulas de dança, de esportes. Temos 650 parceiros para esse programa da escola integrada”, conta. Outra iniciativa é o programa Férias na Escola, em que os alunos podem passar parte dos meses de férias participando de atividades da instituição, o que também abre as portas da escola para as famílias. “O que queremos na escola não é só que o aluno aprenda os conceitos primeiros de leitura, escrita e matemática. Queremos que se torne um cidadão, que consiga conviver com o mundo e melhorar esse mundo”, diz a secretária.

A qualificação dos professores da rede de Belo Horizonte anda lado a lado com o projeto de abertura da escola, pois segue o mesmo espírito inclusivo. Sueli argumenta que a formação docente, principalmente a continuada, não se dá de forma individualizada. Não é, segundo ela, escolha exclusiva do professor o caminho a trilhar em uma graduação ou pós-graduação, pois essa escolha deve passar pela escola e por suas políticas e pelo trabalho coletivo da rede de ensino. Ou seja, para garantir o sucesso de um programa de formação continuada para os professores, é preciso oferecer boas condições de trabalho, bons salários e um plano de carreira associados ao programa.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Na rede municipal de Belo Horizonte, o programa de qualificação docente inclui formação externa – por meio de convênios com universidades para cursos de pós-graduação *stricto e lato sensu* – e formação interna, com encontros semanais com professores que discutem temáticas variadas. A formação interna é realizada de acordo com a carga horária do professor, que na rede da capital mineira é de 22 horas e 30 minutos semanais.

Terezinha Rios concorda que a qualificação do professor, bem como o planejamento de aula, devem ser remunerados. “Fiz um trabalho na Secretaria Municipal de São Bernardo do Campo [SP], onde há o projeto de o professor dispor de um terço de sua carga horária para aprimoramento”, conta. Medidas como um regime de dedicação exclusiva a uma única escola são essenciais para o sucesso de um programa abrangente de formação continuada, segundo a pesquisadora. Outra medida importante é diminuir o número de profissionais na área de educação em regime temporário. “A própria denominação 'temporário' já indica a situação precária de trabalho”, lembra Terezinha. “Algo muito importante para qualquer profissional é a segurança, a possibilidade de ter um contrato que assegure a continuidade do trabalho”, completa. Ou seja, é muito mais fácil dedicar-se a uma pós-graduação quando se tem segurança e horários definidos de trabalho.

O governo federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), tem um programa de formação continuada para professores da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio que inclui cursos curtos, a distância, de graduação (licenciatura) e de pós-graduação. Além dos programas de formação para professores, há também os para gestores. O e-Proinfo, por exemplo, é um ambiente virtual colaborativo de aprendizagem que permite a concepção, a administração e o desenvolvimento de cursos a distância, complemento a cursos presenciais, projetos de pesquisa, projetos colaborativos e diversas outras formas de apoio ao ensino a distância e aos processos de aprendizagem.

### A importância do EaD

Segundo a secretária Sueli, hoje há 450 mil alunos cursando licenciatura na modalidade de ensino a distância entre os cerca de 1,4 milhão de estudantes de licenciatura nas universidades do País. E a opção não vale somente para aqueles que lecionam ou vivem em lugares distantes das universidades. Um exemplo é o curso de licenciatura em Ciências da USP, que forma professores de Ciências para o ensino fundamental. A graduação funciona na modalidade semipresencial, com aulas e trabalhos virtuais, além de uma aula presencial por semana, aos sábados. Boa parte dos alunos são professores atuantes da rede de ensino paulistana, que buscam melhor formação e moram na capital paulista. Os modelos semipresencial ou a distância oferecem a vantagem de economizar tempo de deslocamento para quem trabalha 40 horas semanais ou mais, como é o caso de muitos professores e gestores educacionais. Segundo dados da Prova Brasil 2011, 26% dos professores que responderam ao questionário afirmaram ministrar 40 horas-aula semanais e 23% afirmaram ministrar mais de 40 horas-aula semanais.





## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Terezinha concorda que as principais dificuldades da formação continuada são a própria organização do trabalho do professor, dos horários, e a disponibilidade de tempo para que ele possa participar de eventos ou outras atividades organizadas na escola. “O EaD acaba sendo visto como vilão da história por quem acha que o bom é o ‘olho no olho’, a modalidade presencial. Quando me perguntam o que acho do ensino a distância, respondo perguntando a que distância está do aluno o professor em sala de aula. Acho que temos de nos dispor a usar o que está à nossa disposição, principalmente tendo em vista nossos limites”, afirma ela.

### Por que e como avaliar

Além da qualificação docente, a avaliação do professor é outra questão ligada ao desempenho. Leila Rentroia Ianonne é especialista em avaliar o desempenho de professores e alerta para o perigo que oferece uma avaliação enviesada e maliciosa aplicada aos educadores. “A avaliação tem caráter técnico, mas envolve questões éticas e políticas”, afirma. “Quem avalia deve saber que está em uma posição privilegiada, observando o outro, e isso pressupõe uma competência relacional extremamente elaborada. Quem avalia o professor deve sempre saber o que se quer com aquela avaliação e ter em mente que o professor é um intelectual cujo maior desejo é ser respeitado”, afirma Leila. Segundo ela, nunca se deve mascarar a intencionalidade da avaliação.

Leila ainda acredita que somente aplicar a avaliação, sem o empenho de entender o diagnóstico que ela oferece a respeito do trabalho da escola como instituição, não traz muitas vantagens. “A avaliação é importante para que a instituição encontre respostas para muitas das perguntas que a assolam”, afirma. Isso porque toda avaliação é um processo de forte conteúdo técnico, pois indaga sobre valores e significados sociais. “E não pode funcionar no improvisado”. Todo processo avaliativo consome recursos, tempo, dinheiro, planejamento e envolve dimensões éticas e políticas do trabalho do professor e dos gestores. “Só vale a pena quando a escola sabe exatamente o que quer com a avaliação”, afirma a especialista.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 03/07/2014
<b>Assunto:</b> Etapas do ensino		<b>Página:</b> Online



### **TRANSIÇÃO HARMÔNICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL**

**Diálogo entre as duas etapas de ensino pode minimizar problemas enfrentados pelas crianças durante o processo**

Fonte: Revista Profissão Mestre

A transição de uma etapa de ensino para a outra sempre envolve muitos fatores: novos colegas, mais matérias, conteúdos mais avançados, outros professores. Assim, a mudança do ensino infantil para os anos iniciais do ensino fundamental tende a ser bastante traumática, pois, se uma etapa é focada mais na brincadeira, a outra já começa a preparar o aluno para as etapas seguintes de educação. Essa ruptura, na opinião de especialistas, não pode existir, e o trabalho entre os ensinos infantil e fundamental I deve ser mais coeso e unificado. “É um processo caótico, totalmente fragmentado. Não existe interlocução entre os professores do infantil e os do fundamental”, critica Gabriel Junqueira Filho, pedagogo e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Junqueira afirma que o maior erro está na mudança de concepção da criança de uma etapa para outra: “A educação infantil tem uma especificidade e o fundamental tem outra especificidade. Na educação infantil, as pessoas dizem que as crianças precisam brincar porque são crianças e brincar é um jeito que a criança tem de aprender. No fundamental é tudo diferente, porque as crianças param de brincar. Criança é quem tem até 12 anos de idade, mas a escola olha para ela de maneira totalmente diferente no fundamental. É uma concepção de infância totalmente desconsiderada. A partir dos 6, 7 anos, acabou a inocência, a criança já tem responsabilidade”. O pedagogo também acredita que parte do problema vem do próprio Ministério da Educação (MEC), no qual os departamentos do ensino infantil e do fundamental são separados – postura que se alastra até às menores escolas. “Cada um fala do seu lugar, mas esses grupos não se encontram. Já passou da hora desses grupos se juntarem e fazerem um alinhamento até o quinto ano do ensino fundamental”, diz.

Gabriela Medeiros Nogueira, coordenadora do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e pesquisadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação da Infância (Nepe), destaca também as mudanças nos espaços físico e temporal das crianças na escola. “Em geral, a organização do espaço nas salas de educação infantil tem toda uma especificidade, começando pelo



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

tamanho do mobiliário que, de modo geral, é menor do que os convencionais, os cabides para as mochilas que estão na altura das crianças, os espaços organizados em formas de 'cantos', por exemplo: o cantinho da leitura, dos brinquedos, do teatro, da cozinha, das almofadas, enfim, os cantinhos variam de acordo com o espaço da sala e a criatividade do professor", comenta. E acrescenta: "A rotina da educação infantil também é mais flexível em relação aos anos iniciais, e os tempos são diferenciados, pois não há (ou não deveria haver) uma obrigatoriedade em vencer tal conteúdo ou atividade. Em geral, também há mais tempo para atividades no pátio, atividades com brinquedos e atividades em que a criança pode criar e entrar no mundo da imaginação e da fantasia. Do mesmo modo, as diferentes linguagens como a pintura, a modelagem, a expressão corporal, a música e a dança costumam fazer parte da rotina da educação infantil", relata Gabriela.

Apesar de apontarem os vários problemas, os especialistas concordam que não é possível alcançar uma transição ideal, mas que melhorias podem – e devem – ser feitas. "As secretarias que cuidam disso deveriam pensar tudo em conjunto. Se você pegar as diretrizes do infantil e do fundamental, elas reafirmam a animosidade e a oposição entre um e outro. Portanto, tinha que começar pelo ministério [MEC], para chamar ambos os lados para conversarem e fazerem esse realinhamento. Se o MEC não faz isso, os professores e os gestores de cada lado devem fazer. As equipes que estão trabalhando na escola sabem dessa cisão e também podem fazer esse realinhamento", afirma Junqueira. Já Gabriela pensa em ações mais práticas, focadas em aumentar a relação e a convivência entre as crianças das duas etapas de ensino. "É importante conhecer o que é próprio de cada etapa e, principalmente, o que é realizado no cotidiano, a fim de se pensar em estratégias que coloquem a criança em primeiro plano. Pensar em ações que envolvam ambas as etapas, para que as crianças possam desde a educação infantil conhecer os espaços e os professores dos anos iniciais do ensino fundamental, e para que as crianças que estão no 1º ou 2º anos possam revisitar os espaços que já passaram e, de certa forma, conviver com os professores anteriores", explica a pesquisadora.

### Pedagogia da infância

Os dois especialistas também destacam que, com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, os professores recém-graduados já saem da faculdade com um preparo para tornar esse trabalho mais harmônico. "Considero que é necessário, portanto, pensar em uma perspectiva da pedagogia da infância que tem como propósito o atendimento das crianças de 0 a 12 anos. Essa perspectiva prioriza o respeito ao direito de ser criança para além das fronteiras institucionais, que separam a educação infantil do ensino fundamental e vice-versa, sem perder de vista as especificidades que constituem cada etapa da educação básica", diz Gabriela. Junqueira, por outro lado, acredita no potencial da formação continuada para capacitar os educadores e promover um trabalho mais coeso entre as etapas de ensino. "Eventos de formação continuada são ideais para chamar a atenção para esse ponto. A transição é um ponto pouco trabalhado. As pessoas não querem conflitos, e quem paga o pato são as crianças", atesta o professor gaúcho, que conclui: "A transição do ensino infantil para o ensino fundamental é muito encantada. Ela ainda precisa ser desmontada e articulada para que as pessoas abram o olho para isso".



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Veículo:** Todos pela Educação

**Editoria:** Educação

**Data:** 03/07/2014

**Assunto:** PNE

**Página:** Online



### OPINIÃO: ELEIÇÕES SÃO PRIMEIRA PROVA DE FOGO DO PNE

**"O momento de comemoração já passou. Agora é preciso tirar o PNE do papel, transformando-o em realidade", afirma Daniel Cara**

Fonte: UOL Educação

O momento de comemoração já passou. Agora é preciso tirar o PNE do papel, transformando-o em realidade. Para isso, cinco fatores precisam ser observados. E as eleições de 2014 são um momento-chave para a implementação do plano.

Demorou 1288 dias para o Brasil ter um novo PNE (Plano Nacional de Educação). O processo de construção da Lei 13.005/2014 foi longo e conflituoso. Como registrado por diversos veículos de comunicação, se não fosse a interlocução entre a sociedade civil e a Câmara dos Deputados, hoje o Brasil não contaria com um PNE do tamanho de suas necessidades.

Diante de sua envergadura, o plano não nasceu como deveria. A comunidade educacional esperava uma cerimônia de sanção envolvendo a presidente, governadores, prefeitos, ministros, secretários e conselheiros de educação, professores, parlamentares de todos os partidos e representantes da sociedade civil. O objetivo era firmar um pacto sólido em torno dos desafios estabelecidos pelo PNE. Mas a cerimônia, que chegou a ser marcada para a manhã do dia 25 de junho de 2014, acabou sendo cancelada.

Graças a uma inesperada e extenuante negociação, o PNE foi sancionado pela presidente Dilma Rousseff sem vetos, mas sem rito. E para sair do papel cinco fatores precisam ser observados, sendo as eleições de 2014 o momento-chave para o sucesso do plano.

Os cinco fatores

Em primeiro lugar, o fator imediato: o PNE deve ser o tema central das eleições de 2014. Essa será a primeira prova de fogo do plano. Tanto os candidatos à Presidência da República como os candidatos aos governos dos Estados e do Distrito Federal devem dizer como pretendem viabilizar o plano naquilo que se refere ao período dos seus mandatos. Diante das eleições, na prática, 2015 será o primeiro ano de vigência do PNE. E o próximo governo será a organizar os meios para o cumprimento do PNE, em uma espécie de maratona de revezamento.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Em segundo lugar, o sucesso do PNE depende essencialmente de sua valorização social. A opinião pública, a sociedade civil e os cidadãos em geral devem exigir dos governos (federal, estaduais, distrital e municipais) a busca incansável pelo cumprimento de cada uma das metas do plano.

Os governantes, normalmente, não gostam de documentos legais como o PNE. Avaliam que eles engessam a gestão e coíbem as estratégias de marketing político. Esse suposto defeito é, na verdade, sua maior qualidade: o PNE busca superar a corriqueira descontinuidade entre as gestões em favor da promoção do direito à educação.

Em terceiro lugar, em um regime democrático, a boa gestão exige a interação entre a sociedade civil e os governos. Um claro exemplo do que não pode ocorrer foi o cancelamento arbitrário e unilateral da Conferência Nacional de Educação de 2014 por parte do MEC. O PNE seria debatido no evento, dias antes de sua votação final na Câmara dos Deputados.

Certamente o texto sairia fortalecido. Saiu enfraquecido e com uma desagradável novidade: o Governo Federal e os empresários da educação conseguiram incluir os gastos com parcerias público-privadas na meta de investimento público em educação pública, instituindo uma nova forma de contabilidade criativa. Apenas PCdoB, PDT, PSB e PSOL votaram em favor do princípio da aplicação exclusiva do recurso público para a educação pública.

Em quarto lugar, é imprescindível elaborar e aprovar os planos estaduais e municipais de educação, sempre em consonância com as metas do PNE. Esses planos devem ser formalizados em leis específicas e são importantes, especialmente, no caso da educação básica. Isso ocorre porque a educação infantil é de responsabilidade prioritária dos municípios, cabendo aos Estados a oferta do ensino médio. Já o ensino fundamental é uma prioridade compartilhada por ambos.

Pela primeira vez graças à formulação e pressão da sociedade civil, em especial da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o PNE estabeleceu que o Governo Federal terá que colaborar decisivamente com a educação básica, transferindo recursos para Estados e municípios que não atingirem os valores do Custo Aluno-Qualidade Inicial.

Em quinto lugar, as leis orçamentárias anuais e os próximos planos pluri anuais (PPAs) – tanto do Governo Federal, como de Estados, Distrito Federal e municípios – devem trazer o PNE como um dos seus temas centrais, determinando fontes para sua viabilização financeira. Se isso não ocorrer, dificilmente o novo plano educacional sairá do papel, pois faltarão recursos e estratégias de dispêndio.

Em suma, o momento de comemorar a aprovação do PNE já passou. Agora é a hora de tirá-lo do papel e mudar a realidade da educação pública brasileira. Vai exigir sacrifício, mas chegou a hora do país colocar as políticas públicas educacionais no centro de suas prioridades. Há 20 anos fez isso com a economia, quando foi lançado o Plano Real. Agora é a vez da educação.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> G1	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 03/06/2014
<b>Assunto:</b> Educação de AL divulga resultado de seleção para professores do Pronatec		<b>Página:</b> Online



## VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

Processo seletivo foi para formação de banco de dados.

Lista dos nomes foi publicada no Diário Oficial do Estado.

A Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEEE) de Alagoas divulgou, no Diário Oficial do Estado desta quinta-feira (3), o resultado da chamada pública simplificada para formação de banco de dados permanente para professores do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec). Clique [aqui](#) e veja a lista. Na publicação consta a classificação dos candidatos dividida por unidade escolar, escolhida no momento da inscrição. Também foi divulgada a relação dos candidatos que não atenderam aos requisitos de formação exigida pelo edital e candidatos com nota.

A convocação dos classificados, segundo a publicação, vai ser de acordo com a disponibilidade de vagas, respeitando a necessidade da escola e componentes curriculares, sendo publicada no Diário Oficial do Estado, num prazo de 10 dias a partir da publicação deste edital, devendo o candidato apresentar-se Recursos Humanos das Coordenadoria Regionais de Ensino (CRE's) munido de original e cópia dos seguintes documentos, dados bancários e comprovante de escolaridade.

O candidato que discordar do resultado poderá entrar com recurso na SEEE e requerer vistas aos autos que compõem as análises das duas fases do concurso. O requerimento deve ser protocolado com a devida fundamentação, e direcionado ao Comitê Gestor do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC/AL), contendo cópia do comprovante de recurso e da inscrição, cópia do RG e CPF, dados para contato (telefone e e-mail) e requerimento próprio.